



ACÓRDÃO Nº958/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2346/2013.

Apensos: Processo nº 2347/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Gestão de Recursos Humanos do FUNDEB

4- Exercício: 2012

5- Responsável: Mauro Giovanni Lippi Filho (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Edmarie de Jesus Cavalcante - 3351

7- Unidade Técnica: DICAD/MA E DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2515/2018-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Gestão de Recursos Humanos do FUNDEB. Exercício de 2012.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, relativa ao exercício de 2012, de responsabilidade do **Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, ex-Secretário e Ordenador de Despesa, nos termos do inciso II do artigo 1º e alínea “b” inciso III do artigo 22 da Lei estadual nº 2.423/96.

10.2. Considerar em Alcance o **Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, ex-Secretário e Ordenador de Despesa, solidariamente, **Sr. Raimundo Fábio Moreira da Silva**, Fiscal da Obra; **Sr. Rondinele da Silva Brito**, Fiscal da Obra; **Sr. Sérgio Edgar Vieira da Rocha**, Fiscal da Obra e a Empresa Metacon Construções, Montagens e Comercio, **no valor de R\$ 634.763,13** (seiscentos e trinta e quatro mil setecentos e sessenta e três reais e treze centavos) nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Gestão de Recursos Humanos do FUNDEB, em virtude de pagamentos realizados no contrato nº 136/2010 fora do objeto do projeto básico.



ACÓRDÃO Nº958/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, ex-Secretário e Ordenador de Despesa, exercício de 2012, no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, em face as irregularidades com grave infração à norma legal (restrição nº 03, Informação Conclusiva nº 35/2016 - fls. 456-466, vol. 03) e pelas irregularidades na execução do Contrato nº 136/2010 analisadas pela DICOP nos Relatórios nº 20/2017, fls. 470-475, e o complementar nº 70/2018-DICOP, fls. 487-588;
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno o envio dos autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 10.5. Determinar** à atual administração, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 22, III, "b" e "c", da Lei estadual n.º 2.423/96, que:
- 10.5.1. melhore os seus controles na ocasião dos atestos em Notais Fiscais, observando os critérios estabelecidos nos contratos.
 - 10.5.2. não atrase o envio das informações ao sistema E-Contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;
 - 10.5.3. observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea "e" do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.



ACÓRDÃO Nº958/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

13.2. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral